

Os Sertões: a epopeia fundadora da República brasileira

Os Sertões: The Foundational Epic of the Brazilian Republic

Júlio Aguiar de Oliveira*

Agradeço a leitura, comentários e sugestões de Carolina de Assis Serafim, Gabriel Costa Vilas Novas, Isadora de Oliveira Costa e Silva, Joaquim Leonardo Lopes Louzada de Freitas e Sarah Santos.

RESUMO

Este artigo analisa *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha como a epopeia fundacional do Estado brasileiro moderno, argumentando no sentido de sustentar que a obra não é essencialmente um relato jornalístico da Guerra de Canudos, acompanhado de uma descrição objetiva dos sertões e de sua gente, mas a narrativa épica, em prosa poética, do nascimento violento da República do Brasil através do genocídio sistemático de uma parte do seu próprio povo. Como a *Iliada* de Homero cantou a destruição de Troia e estabeleceu os valores da civilização grega, *Os Sertões* canta a destruição de Belo Monte e estabelece os padrões de violência, exclusão e extermínio que definem a moderna sociedade brasileira. A análise apoia-se sobre os conceitos de “forma” (Roberto Schwarz) e “realidade histórica pertinente” (Antonio Candido). A leitura de *Os Sertões* como uma epopeia, fundamental para sua compreensão, se contrapõe a sua leitura como tragédia ou como texto jornalístico objetivo, no qual, entre outras coisas, se inserem denúncias dos crimes cometidos pelo Exército brasileiro em Canudos. Não há contradição ou ambiguidade real na obra. Quando se atenta para a forma épica da obra, o que se revela é o registro poético da vitória da civilização, representada pelo Exército, como braço da República, sobre a barbárie, representada pelo povo de Belo Monte e Antônio Conselheiro.

Palavras-chave: *Os Sertões*; forma épica; genocídio; crítica literária dialética.

ABSTRACT

This article analyzes Euclides da Cunha's *Os Sertões* (1902) as the foundational epic of the modern Brazilian State, arguing that the work is not essentially a journalistic account of the War of Canudos, accompanied by an objective description of the backlands and its people, but rather the epic narrative, in poetic prose, of the violent birth of the Republic of Brazil through the systematic genocide of a part of its own people. Just as Homer's *Iliad* sang of the destruction of Troy and established the values of Greek civilization, *Os Sertões* sings of the destruction of Belo Monte and establishes the patterns of violence, exclusion, and extermination that define modern Brazilian society. The analysis is based on the concepts of “form” (Roberto Schwarz) and “pertinent historical reality” (Antonio Candido). The reading of *Os Sertões* as an epic, fundamental to its understanding, contrasts with its reading as a tragedy or as an objective journalistic text, in which, among other things, denunciations of the crimes committed by the Brazilian Army in Canudos are inserted. There is no real contradiction or ambiguity in the work.

Artigo submetido em 5 de setembro de 2025 e aprovado em 15 de outubro de 2025.

* Doutor em Filosofia do Direito pela UFMG. Professor da Graduação e do PPGD em Direito da PUC Minas
Professor da Graduação em Direito da UFOP. E-mail: j.aguiardeoliveira@gmail.com

When one pays attention to the epic form of the work, what is revealed is the poetic record of the victory of civilization, represented by the Army as the arm of the Republic, over barbarism, represented by the people of Belo Monte and Antônio Conselheiro.

Keywords: *Os Sertões*; epic form; genocide; dialectical literary criticism.

1 INTRODUÇÃO

Na abertura do clássico *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*, Roberto Schwarz apresenta as seguintes perguntas: “Em que consiste a força do romance machadiano da grande fase? Há relação entre a originalidade de sua forma e as situações particulares à sociedade brasileira do século XIX?” (Schwarz, 2012, p. 9). Essas são perguntas fundamentais para a compreensão do romance machadiano da grande fase. Neste artigo, proponho as mesmas perguntas em relação a *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Em que consiste a força de *Os Sertões*? Há relação entre a originalidade de sua forma e as situações particulares à sociedade brasileira do século XIX?

A compreensão adequada de *Os Sertões* (1902), capaz de responder às questões propostas, exige a análise de sua forma literária. Forma, aqui, entendida, “como estilização de uma conduta própria à classe dominante brasileira” (Schwarz, 2000, p. 18). No caso da obra euclidiana, essa forma, que incorpora e se reinventa como epopeia, é o elemento estrutural que determina o significado e a função ideológica do texto. Em especial, a forma épica é o que torna possível a integração da celebração do genocídio da população de Belo Monte (e da destruição total do arraial) com o lamento em relação ao massacre desse mesmo povo. A República, representada pelo Exército, de um lado, Conselheiro e o povo do Belo Monte, de outro, são os heróis dessa epopeia. A guerra, no âmbito da economia do texto, e considerando a sua vinculação ao ideário positivista, tem de ser vencida pelo Exército, que representa a força alinhada com a ciência e a civilização (segundo o credo positivista)¹.

É o gênero épico, reinventado como forma épica positivista, que garante o sentido de vitória das forças da civilização ao massacre do povo de Belo Monte como também o sucesso de *Os Sertões* nos meios cultos brasileiros, expressão letrada da burguesia agrária. A classe dominante necessitava de uma legitimação cultural sofisticada para o genocídio que fundou a República, e a forma épica positivista desenvolvida por Euclides oferecia exatamente isso: a transformação da barbárie em grandeza civilizatória, do extermínio em necessidade histórica, do crime em épico nacional.

Roberto Schwarz, em sua análise da literatura brasileira, revela que as formas literárias não são neutras, mas expressam e organizam contradições sociais específicas. Em *As ideias fora de lugar*, Schwarz mostra como o liberalismo brasileiro precisava “acomodar” a contradição entre ideologia liberal e realidade escravista (Schwarz, 2014). De modo análogo, a

¹ Leopoldo Bernucci atenta certo para essa característica da forma épica presente em *Os Sertões*. Comparando-o com a *Farsalia*, de Lucano, Bernucci escreve: “Haveria, contudo, um terceiro detalhe que aproxima as duas obras. Mesmo simpatizando-se com os perdedores, o poema de Lucano e os de outros que o imitaram (*La Araucana* de Alonso de Ercilla), ou assumiram essa mesma postura ideológica (*O Uruguai*, de Basílio da Gama), permanecem do lado do Império. Algo idêntico ocorre em *Os Sertões*, em que o narrador toma partido na defesa dos conselheiristas, mas a escolha final, a que determina verdadeiramente a decisão inexorável de combater o fanatismo religioso, a “selvaticidade épica”, em uma palavra, os nossos “bárbaros patrícios”, recai nas mãos de um juiz implacável. E nem mesmo o esforço para construir uma frase imparcial e justa, que defina o seu duplo ataque, aos sertanejos e aos “singularíssimos civilizados”, nas “Notas à 2ª Edição”, consegue ao final retrair-lo da sua cega fidelidade ideológica ao republicanismo progressivo” (Bernucci, 2022, p. 42).

forma épica de *Os Sertões* “acomoda” a contradição entre o projeto civilizatório republicano e a necessidade, para a sua realização, de exterminar o próprio povo brasileiro.

A análise formal não é, portanto, exercício técnico abstrato, mas método de investigação que revela como a literatura participa da reprodução ou contestação das relações de dominação social. No caso de *Os Sertões*, a forma épica cumpre função ideológica fundamental: permite que a burguesia agrária, e os intelectuais a ela vinculados, celebrem o genocídio mantendo a consciência limpa, apresentando o extermínio como tragédia lamentável, mas necessária ao progresso nacional.

Esta interpretação se contrapõe às leituras que enfatizam a suposta “ambiguidade” ou “contradição” da obra euclidiana. Como observa Schwarz, é preciso distinguir entre contradições reais e contradições aparentes que, na verdade, expressam a lógica interna de um sistema social contraditório (Schwarz, 2012). A aparente contradição entre celebração e lamento em *Os Sertões* não expressa hesitação ideológica, mas a necessidade estrutural da forma épica de conferir grandeza trágica ao inimigo para justificar sua destruição.

A forma épica permite ainda que *Os Sertões* cumpra função pedagógica duradoura, formando gerações de leitores que aprendem a naturalizar a violência extrema contra populações “atrasadas” como preço inevitável da modernização. Como obra canônica da literatura brasileira, o texto euclidiano continua reproduzindo os padrões ideológicos que legitimaram o genocídio fundacional da República.

Neste artigo, sustento a tese de que *Os Sertões* não é apenas uma obra-prima da literatura brasileira, mas a epopeia fundacional do Estado brasileiro moderno - o texto que narra, em forma épica, o nascimento violento da República através do genocídio sistemático de seu próprio povo. A análise da forma épica, como chave interpretativa fundamental, revelará como Euclides da Cunha conseguiu transformar a barbárie genocida em grandeza literária, criando uma legitimação cultural sofisticada e duradoura para os padrões de violência estatal que caracterizam a formação brasileira até os dias atuais.²

Como a *Iliada* de Homero cantou a destruição de Troia e estabeleceu os valores fundacionais da civilização grega, *Os Sertões* canta a destruição de Belo Monte e estabelece os padrões de violência, exclusão e extermínio que definiriam a formação da república brasileira. A diferença fundamental é que, enquanto Homero narra a fundação de uma civilização através da destruição de uma cidade inimiga, Euclides narra a fundação de uma nação através da destruição de seu próprio povo. Esta é a especificidade trágica da formação brasileira: um Estado que se constitui através da negação violenta de seu próprio povo³.

² A interpretação que proponho aqui vai na contramão de uma vasta literatura secundária disposta a enaltecer a obra prima de Euclides da Cunha, tomando-a essencialmente como um texto de denúncia do crime de extermínio do povo de Belo Monte. Nesse sentido, Schwarz e Starling, afirmam: “Em *Os Sertões*, publicado em 1902, Euclides da Cunha retomou a história da guerra contra Canudos com um enfoque mais amplo do que usara nos artigos de jornal. Mas manteve o tom de acusação. Responsabilizou a Igreja, a República, o governo estadual baiano e, sobretudo, o Exército pelo massacre dos habitantes de Canudos. Denunciou a guerra contra o arraial de sertanejos como fratricídio, matança entre irmãos. Projetou sobre as plantas da caatinga a tragédia de Canudos inscrita na própria natureza, com visões do desfecho da guerra: a decapitação dos prisioneiros, o calvário dos resistentes, dizimados por fome, sede, doenças e pelos projéteis do Exército. Seu livro virou um monumento; é o memorial de Canudos”. (Schwarz, 2018: 332-333). Essa leitura, no entanto, não se sustenta (como também não se sustentam leituras que invocam uma real ambiguidade em *Os Sertões*). *Os Sertões* não é o memorial de Canudos, mas sim o memorial da destruição do Belo Monte. Não é tragédia, mas epopeia. Euclides tem lado, o lado da república, da ciência, da engenharia, da civilização. Para ele, Belo Monte representa a negação de tudo isso. Belo Monte é, e isso não se altera ao longo do texto, a *urbs monstrosa*. É bem provável que a primeira manifestação desse tipo de leitura de *Os Sertões* tenha sido a de Silvio Romero, no seu famoso discurso de recepção de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras pronunciado em 18 de dezembro de 1906.

³ Apesar de estranho à primeira vista, não há aqui uma contradição real, uma vez que o Estado brasileiro, cantado em *Os Sertões*, é um Estado criado na periferia do capitalismo e comprometido com a conservação de sua

2 A FORMA ÉPICA COMO CHAVE INTERPRETATIVA FUNDAMENTAL

A compreensão adequada de *Os Sertões* exige o reconhecimento de que a forma épica não é ornamento literário, mas elemento estrutural que determina o significado e a função ideológica da obra⁴. A forma é “conteúdo sedimentado” (Schwarz, 2000, p. 31), e no caso da obra euclidiana, a escolha da forma épica expressa e organiza contradições sociais específicas da formação brasileira no momento de consolidação do Estado republicano.

A teoria crítica de Roberto Schwarz oferece instrumental teórico necessário para compreender como as formas literárias não são técnicas neutras, mas estruturas que expressam e organizam contradições sociais específicas. Em *As ideias fora de lugar*, Schwarz demonstra como o liberalismo brasileiro do século XIX precisava “acomodar” a contradição fundamental entre ideologia liberal e realidade escravista, criando formas específicas de pensamento e literatura que permitiam a coexistência de elementos logicamente incompatíveis (Schwarz, 2000).

De maneira análoga, a forma épica de *Os Sertões* “acomoda” a contradição fundamental do projeto republicano brasileiro: a necessidade de exterminar o próprio povo para realizar o ideal civilizatório. A epopeia clássica celebra a destruição do inimigo externo como ato fundacional da civilização; a epopeia euclidiana celebra a destruição do inimigo interno - o próprio povo brasileiro - como ato fundacional da modernização nacional.

Esta “acomodação” não é meramente ideológica, mas formal: a estrutura épica permite que elementos contraditórios - celebração e lamento, civilização e barbárie, progresso e genocídio - coexistam no interior da obra sem se anularem mutuamente. A forma épica organiza essas contradições de modo a torná-las não apenas toleráveis, mas esteticamente sublimes.

A análise formal revela “o processo social e seus impasses, dos quais a obra é parte e solução específica” (Schwarz, 2000, p. 31). No caso de *Os Sertões*, o “impasse” social é a necessidade da burguesia agrária de legitimar culturalmente o genocídio que funda a República, e a “solução específica” é a forma épica que transforma o extermínio em grandeza civilizatória.

A burguesia agrária brasileira, no final do século XIX, enfrentava o desafio de legitimar culturalmente um projeto de modernização que exigia a eliminação física de populações consideradas “atrasadas”. O positivismo científico oferecia justificação teórica para essa eliminação, mas era necessária uma legitimação cultural mais sofisticada que pudesse mobilizar as emoções e formar consciências duradouramente.

A forma épica oferecia exatamente isso: a possibilidade de transformar o genocídio em grandeza civilizatória, de fazer do extermínio uma necessidade heroica, de converter a barbárie em sublime literário. A epopeia clássica havia cumprido função similar na formação da civilização grega, legitimando a violência fundacional através de sua estetização literária.

Na visão de Antonio Candido, a literatura brasileira sempre esteve vinculada aos interesses das classes dominantes, cumprindo função de legitimação cultural de seus projetos políticos. No caso de *Os Sertões*, essa função se realiza através da forma épica que permite à

identidade periférica. Nesse sentido, o Brasil de *Os Sertões* é essencialmente hostil ao povo brasileiro, pois reflete sobre ele o mesmo desprezo que recebe do centro do capitalismo mundial.

⁴ Minha interpretação se opõe à de Alfredo Bosi, que entende que “É preciso ler esse livro singular sem a obsessão de enquadrá-lo em um determinado gênero literário, o que implicaria em prejuízo paralisante” (2017, p. 330). Na minha opinião, o gênero épico, com as especificidades introduzidas por Euclides, é parte fundamental da determinação da forma épica moderna, que, por sua vez, é decisiva para a leitura da obra. É justamente a negação de ler *Os Sertões* levando a sério a sua forma que causa o típico prejuízo paralisante próprio dos que o interpretam oscilante entre a celebração do massacre e a denúncia do crime, um livro de “ciência e de paixão, de análise e de protesto: eis o paradoxo que assistiu à gênese daquelas páginas que alternam a certeza do fim das ‘raças retrógradas’ e a denúncia do crime que a carnificina de Canudos representou” (Bosi, 2017, p. 330). Este paradoxo, uma vez que se atenta para a forma, é apenas aparente.

burguesia agrária celebrar o genocídio mantendo a consciência limpa, apresentando-o como tragédia lamentável, mas necessária ao progresso nacional.

O sucesso imediato e duradouro de *Os Sertões* nos meios cultos brasileiros confirma essa interpretação: a obra foi bem-sucedida precisamente porque cumpriu a função de legitimar culturalmente o genocídio fundacional da República (Cf. Nascimento; Facioli, 2003). A forma épica permitiu que os leitores burgueses se sentissem moralmente superiores aos executores diretos da violência enquanto endossavam os princípios que a tornavam “necessária”.

A forma épica está historicamente associada à legitimação de ordens sociais baseadas na violência fundacional e na dominação hierárquica. Quando Euclides emprega esta forma para narrar o genocídio de Canudos, ele automaticamente ativa esta tradição ideológica, apresentando o extermínio como ato heroico análogo aos grandes feitos fundacionais da civilização ocidental. A forma épica produz significado épico independentemente das intenções declaradas do autor. Ao estruturar sua narrativa segundo as convenções da epopeia clássica, Euclides automaticamente insere o genocídio de Canudos na tradição literária que celebra atos fundacionais violentos como momentos heroicos da civilização humana.

Esta dimensão ideológica da forma explica por que *Os Sertões* consegue simultaneamente denunciar e legitimar, criticar e celebrar, lamentar e justificar o genocídio que narra. A forma épica permite essa operação complexa e contraditória que seria impossível em outras formas literárias como o romance realista ou o drama burguês.

3 ELEMENTOS DA ÉPICA EM *OS SERTÕES*

3.1 A linguagem da poesia

A identificação de *Os Sertões* como epopeia moderna exige a explicitação e análise dos elementos formais empregados na construção de uma narrativa segundo as convenções do gênero épico. Leopoldo Bernucci observa:

A intuição de mais de um crítico, correta de todo modo, tem podido constatar uma série de quadros épicos em *Os Sertões*. O próprio Euclides, analisando alguns episódios, denominará um deles de épico (p. 442) e falará de outros que contêm ‘delineamentos épicos’ (p. 585). (Cunha, 2022, p. 40)

Para além da intuição compartilhada por muitos intérpretes, que escutam a ressonância da forma épica ao longo de toda a obra, Haroldo de Campos, em ensaio publicado na Folha de São Paulo, em 3 de novembro de 1996, explicita a poética de *Os Sertões* atentando, no plano específico da linguagem da poesia, para o emprego do verso.

Ao próprio Euclides não haveria de desagradar a atribuição da categoria poética ao seu livro, já que ele próprio chegou a conceituá-lo, numa dedicatória, “poema de heroísmo e brutalidade”, como lembra Olympio de Sousa Andrade (“História e Interpretação de ‘Os Sertões’”, São Paulo, Edart, 1966, pág. 359). De fato, as palavras “poesia”, “poema”, empregadas em sentido amplo, emergem instintivamente à leitura do livro, sinalizando o viés estilístico que nos impede de enquadrá-lo “tout court” como prosa. Outra coisa, porém, é considerar o que se poderia chamar, mais rigorosamente, de poética de “Os Sertões”, ou seja, os traços específicos que definem a linguagem da poesia que reponta no texto, extraíndo-o, em momentos relevantes, do domínio típico da prosa, de ficção ou outra.

Dentre tais características avulta o emprego do verso. Nesse sentido, ninguém parece ter ido tão longe como Guilherme de Almeida, nem haver sido tão preciso quanto ele no apontar o implícito e muitas vezes flagrante alento versificatório da frase euclidiana. Em tom despretencioso de cronista, publicou o poeta, há 50 anos, no “Diário de São Paulo” de 18/8/46, percuciente artigo intitulado “A Poesia d’Os

Sertões”, no qual assinalava a existência de numerosos versos metrificados ou livres e mesmo de alguns excertos poéticos, no texto.

Eu desconhecia o estudo de Guilherme (2), ao qual desde logo rendo minhas homenagens, quando tive a idéia de intentar, por minha parte, uma leitura verso-espectral de “Os Sertões”, pondo ênfase, em particular, nos decassílabos e dodecassílabos (predominantes que são em nossa literatura poética tradicional), para pré-estabelecer limites à pesquisa. As várias coincidências de leituras e conclusões me fazem crer no acerto do caminho vislumbrado, ao mesmo tempo em que situam esta minha modestíssima contribuição aos estudos euclidianos como uma extensão, ou um desenvolvimento, da vereda aberta, há meio século, pelo poeta de “Raça”. Sem pretender ser exaustivo ou completo, até porque há casos de ambiguidade e dúvida que não favorecem uma contagem exata, e procurando privilegiar aquelas situações frásicas em que a trilha métrica soa conatural ao ritmo da fala, cheguei a mais de 500 decassílabos significativos, com predominância dos sáficos (acentuados na quarta e oitava sílabas) e heróicos (acentuados na sexta), e a pouco mais de duas centenas de dodecassílabos (dentre os quais muitos alexandrinos perfeitos) (Campos, 1996).

Haroldo de Campos detecta a utilização do verso em *Os Sertões*. Não é o primeiro a ser dar conta disso, ele mesmo faz questão de mencionar o trabalho pioneiro de Guilherme de Almeida, publicado em 1946, mas é o mais abrangente. Numa contagem sem pretensão de exaustividade, identifica mais de 500 decassílabos e 200 dodecassílabos ao longo da obra (Campos, 1996). Há ainda ocorrências em número considerável de versos livres, como também o intenso uso de recursos tipicamente poéticos, como aliteraões, sibilacões e paronomásias. A leitura analítica de Haroldo de Campos é convincente: no essencial, a linguagem de *Os Sertões* é poética. A prosa mal esconde o verso. Mas isso não é tudo:

Qual o sentido dessa perquirição textual e desses exercícios de estilo, que põem a nu os extratos poéticos de “Os Sertões”? Não é, por certo, querer, ingenuamente, converter em poesia a prosa de Euclides, num torneio artificioso de alquimia verbal. O que se pretende é demonstrar o quanto as estruturas poéticas -no seu adensamento rítmico, plástico e sonoro- contribuíram para dar ao texto o “tonus” peculiar que é a sua marca impressionante. Em muitos dos mais altos trechos do seu livro, naqueles precisamente em que ele se revela mais original e persuasivo, recorreu Euclides aos métodos da poesia -o que, é claro, não se restringe à adoção de ritmos e metros, embora estes intervenham com significativa parcela para essa caracterização, mas também no emprego de condensadas figuras de linguagem -metáforas, metonímias, antíteses-, tudo convergindo para transtornar o discurso meramente didático ou expositivo e dar-lhe a configuração sensível e diferencial que eleva o repórter de Canudos às alturas de um notável criador literário (Campos, 1996).

Em *Os Sertões*, a utilização dos métodos da poesia é justificada pela forma. A epopeia exige a força do verso. Nele, a história não se apresenta como discurso expositivo, mas como matéria de um poema épico.

2.2 O determinismo científico como destino épico

Na epopeia clássica, os deuses dirigem os eventos humanos, colocando a ação heroica no contexto de forças transcendentais que a legitimam. Em *Os Sertões*, os deuses antigos são substituídos por forças modernas equivalentes: a História, o Progresso, a Ciência, a Evolução, apresentadas como agentes ativos que dirigem os eventos através dos protagonistas humanos.

A proposição épica de Euclides é científica, não mítica, mas cumpre função similar: situar os eventos particulares no contexto de leis universais que os tornam necessários e

significativos. O determinismo científico, histórico, geográfico e racial substitui a vontade dos deuses, mas opera como força transcendente que dirige os eventos humanos.

A epopeia clássica invocava as Musas para inspirar o canto heroico. Euclides invoca a Ciência - geologia, antropologia, sociologia - para legitimar sua narrativa. As extensas citações de autoridades científicas, as referências a teorias raciais, os dados geológicos e climáticos funcionam como invocação épica moderna: apelo a forças superiores que garantem a veracidade e a necessidade do que será narrado.

Esta invocação científica é, além de expressão da forma épica, fundamental para a função ideológica da obra: ela coloca os eventos narrados no contexto de leis naturais universais, transformando escolhas políticas em necessidades científicas. O genocídio deixa de ser crime para se tornar aplicação rigorosa de conhecimento objetivo. A ciência neutraliza a denúncia do crime.

2.3 Antônio Conselheiro e o exército como heróis épicos

A construção de Antônio Conselheiro segue padrões épicos específicos que diferem da construção homérica, mas cumprem função ideológica similar. Euclides não confere ao Conselheiro grandeza heroica individual nos moldes clássicos, mas grandeza histórica coletiva que justifica sua destruição.

A famosa caracterização revela esta técnica:

Da mesma forma que o geólogo interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevroticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio, assombra. É uma diátese, e é uma síntese. As fases singulares de sua existência não são, talvez, períodos sucessivos de uma moléstia grave, mas são, com certeza, resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo. Por isto o infeliz destinado à solicitude dos médicos, veio, impellido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a história como poderia ter ido para o hospício. Porque ele para o historiador não foi um desequilibrado. Apareceu como integração de caracteres diferenciais – vagos, indecisos, mal percebidos quando dispersos na multidão, mas enérgicos e definidos quando resumidos numa individualidade. (Cunha, 2022, p. 229-230)

A grandeza épica de Antônio Conselheiro deriva da grandeza do horror que ele encarna aos olhos de Euclides. O horror de um povo pobre e mestiço disposto a criar uma forma própria de vida em sociedade, alheia ao jugo do latifúndio. Ao encarnar esse projeto, Conselheiro se torna grande. Sem Belo Monte, seu destino é o hospício, na condição de um louco vulgar. Mas à frente do povo de Belo Monte, Conselheiro se faz grande, e seu destino é a história. Para Euclides, ele é a encarnação da ignorância e da doença numa dimensão suficientemente grande para assustar o latifúndio⁵. Sua grandeza, portanto, decorre da sua capacidade de colocar em risco real o sistema básico de ordem social ao qual Euclides atribui o nome de civilização. Conselheiro não é Heitor, mas é um herói épico.

⁵ Machado de Assis registrou com precisão o sentido da grandeza do Conselheiro: “A celebridade, caro e tapado leitor, é isso mesmo. O nome Antônio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima, e não sairá mais. Ela levava uma pequena, naturalmente filha; um dia contará a história à filha, depois à neta, à porta da estalagem, ou no quarto em que residem. Esta é a celebridade. Outra prova é o eco de Nova Iorque e de Londres, onde o nome de Antônio Conselheiro fez baixar os nossos fundos. O efeito é triste, mas vê se tu, leitor sem fanatismo, vê se és capaz de fazer baixar o menor dos nossos títulos” (Machado de Assis, 1997, p. 763-764).

A grandeza épica do Conselheiro deriva da grandeza do projeto social que ele encarna e que deve ser destruído. Ele não é herói individual, mas personificação de forças históricas “atrasadas” que ameaçam a civilização. Sua grandeza é a grandeza do perigo que representa.

Do outro lado da luta, o Exército republicano é apresentado como herói coletivo da modernização nacional, instrumento através do qual a civilização se impõe sobre a barbárie. Os soldados não são individualizados como personagens específicos, mas funcionam como força civilizatória que cumpre missão histórica transcendente.

Esta elevação épica do Exército é fundamental para a legitimação ideológica da violência: ela transforma os executores do genocídio em heróis civilizatórios, apresentando o extermínio como missão sagrada da modernização nacional.

3 A REALIDADE HISTÓRICA PERTINENTE: CONTEXTO DA FORMA ÉPICA

3.1 O exército republicano: a metamorfose institucional

A compreensão da forma épica de *Os Sertões* exige a compreensão da “realidade histórica pertinente” que, segundo Antonio Candido, determina as condições sociais específicas nas quais uma obra literária é produzida e para as quais ela oferece resposta estética (Candido, 2000). No caso da obra euclidiana, essa realidade é a da consolidação do Estado republicano brasileiro através da aliança entre burguesia agrária e Exército, que necessitava de legitimação cultural para seu projeto de modernização genocida.

A análise de José Murilo de Carvalho sobre as Forças Armadas no Brasil oferece chave interpretativa para compreender o contexto histórico que torna necessária e eficaz a forma épica de *Os Sertões* (Carvalho, 1987). O golpe militar de 15 de novembro de 1889 não representou apenas mudança de regime político, mas transformação estrutural do papel do Exército na sociedade brasileira.

Durante o período imperial, o Exército mantinha relação subordinada e frequentemente tensa com o poder civil, funcionando como força auxiliar de uma estrutura política que se legitimava através de outros mecanismos – a escravidão, a tradição monárquica, a moderação liberal, o equilíbrio entre as províncias. A Guerra do Paraguai (1864-1870) havia fortalecido a instituição militar e criado uma consciência corporativa mais definida, mas o Exército permanecia como instrumento do Estado, não como seu protagonista.

A proclamação da República alterou radicalmente essa equação. Como demonstra Carvalho, o Exército não apenas derrubou o regime anterior, mas assumiu posição central na nova ordem política como garantidor permanente do Estado brasileiro. Essa transformação não foi acidental ou temporária: foi estrutural e duradoura. O Exército republicano tornou-se o instrumento através do qual a burguesia agrária exerceria sua dominação política, especialmente quando essa dominação exigisse o uso da violência extrema contra populações que resistissem ao modelo civilizatório imposto. Nesse ponto, a sua missão era a de garantir que nenhuma força alternativa pudesse desafiar o arranjo social necessário para exploração do trabalho pelo latifúndio. No arranjo republicano, é essa garantia que o Exército oferece à burguesia agrária.

A Guerra de Canudos foi, portanto, a primeira e mais importante demonstração de que o Exército possuía a capacidade e a determinação necessárias para exterminar qualquer forma de organização social que desafiasse ou, simplesmente, oferecesse uma alternativa ao modelo imposto pela burguesia. A guerra foi o batismo de sangue da República brasileira. Canudos ofereceu a oportunidade perfeita para essa demonstração. O arraial de Belo Monte representava tudo o que a modernização republicana abominava. Era uma comunidade organizada segundo princípios religiosos populares, praticava formas de socialização autônomas, rejeitava a

autoridade estatal republicana e, mais grave, demonstrava que era possível organizar a vida de forma alternativa ao modelo imposto pela burguesia agrária. Sua simples existência constituía um desafio à ordem estabelecida.

Nesse sentido, o extermínio de Belo Monte não foi um excesso ou um erro de cálculo militar: foi a aplicação lógica e sistemática de um projeto de modernização que via na eliminação física das populações “atrasadas” uma necessidade histórica. Essa lógica genocida estava enraizada na ideologia positivista que orientava as elites republicanas e que encontrava, no Exército, seus executores mais disciplinados.

Para os dirigentes republicanos, influenciados pelas teorias raciais da época e pelo positivismo comteano, o Brasil moderno deveria ser construído através da eliminação progressiva de tudo o que representasse “atraso”: as populações mestiças e originárias, as formas de religiosidade popular, as organizações sociais tradicionais e os modos de vida não integrados à economia de mercado. Nesses casos, a eliminação não era sinal de barbárie, mas necessidade civilizatória, condição necessária para que o país ingressasse na modernidade.⁶

Embora revestida de justificativas ideológicas supostamente elevadas – progresso, civilização, modernização – a violência militar republicana servia objetivamente aos interesses econômicos da burguesia agrária. Na realidade concreta, o extermínio de populações que praticavam formas alternativas de organização social eliminava possíveis focos de resistência à expansão capitalista, liberava terras para a incorporação ao latifúndio exportador e demonstrava a qualquer grupo social os custos de desafiar a ordem estabelecida.⁷

3.2 A elite baiana e a economia do genocídio: as correspondências reveladas

A leitura das correspondências privadas entre membros da elite baiana durante a Guerra de Canudos, realizada por Pedro Lima Vasconcellos, revela dimensão fundamental do genocídio que permaneceu oculta por mais de um século: a burguesia agrária regional não apenas apoiou entusiasticamente o extermínio de Belo Monte, mas celebrou-o abertamente e obteve benefícios econômicos diretos através da campanha militar (Vasconcelos; Oliveira, Palmeira, 2024).

As correspondências de Sousa Velho ao Barão de Jeremoabo constituem documentos de valor histórico inestimável para compreender como a elite regional organizou seu apoio ao genocídio e como se beneficiou economicamente de sua execução. Coronel da Guarda Nacional e proprietário de fazendas estrategicamente localizadas, Souza Velho ocupava posição privilegiada para observar e participar dos aspectos tanto militares quanto econômicos da campanha contra Canudos. Suas fazendas “serviram de apoio aos agentes da morte e do extermínio do Belo Monte”, fornecendo base logística, abrigo e suprimentos para as tropas que executavam o genocídio.

⁶ A análise de José Rivair Macedo e Mário Maestri em “Belo Monte: uma história da guerra de Canudos” oferece perspectiva historiográfica que situa o conflito no contexto das lutas sociais do período republicano. Os autores demonstram que a guerra não foi episódio isolado, mas parte de um padrão sistemático de violência estatal contra populações que resistiam à modernização capitalista (Macedo; Maestri, 2004).

⁷ A incorporação das novas fontes históricas sobre a Guerra de Canudos permite compreender melhor o contexto específico que torna a forma épica uma resposta adequada às necessidades ideológicas da burguesia agrária. Os estudos de Walnice Nogueira Galvão, tanto em “O Império do Belo Monte” quanto em “Euclidiana”, oferecem análise rigorosa dos aspectos sociais e políticos do conflito que Euclides transforma em matéria épica. Galvão demonstra que Canudos não era comunidade de “fanáticos” ou “degenerados”, mas experiência social alternativa que oferecia às populações sertanejas formas de organização econômica e política diferentes das impostas pelo latifúndio. Essa dimensão política do arraial explica por que sua destruição exigia legitimação cultural sofisticada: não se tratava de reprimir “desordem”, mas de eliminar alternativa social que questionava os fundamentos da dominação agrária. (Galvão, 1974; Galvão, 1994).

Esta colaboração não era gratuita: o Estado republicano “não lhe faltou, garantindo-lhe prodigamente ‘justas’ e pródigas indenizações por dívidas contraídas junto a ele ainda nos tempos da Expedição Moreira César e também depois, quando do fornecimento de víveres vários para as tropas derradeiras”. O sistema de indenizações estatais revelava-se como mecanismo sofisticado de transferência de recursos públicos para a elite privada. Sob o pretexto de compensar “danos” sofridos durante a campanha militar, o Estado republicano canalizava verbas substanciais para os mesmos fazendeiros que apoiavam e lucravam com a operação genocida. Além disso, os contratos de fornecimento de víveres, forragem, transporte e alojamento para as tropas representavam somas substanciais que eram pagas diretamente pelo Tesouro Nacional aos fazendeiros e comerciantes locais. Esses contratos eram frequentemente superfaturados e executados com qualidade questionável, mas isso pouco importava: o objetivo aqui não era a eficiência militar, mas a transferência de recursos públicos para a burguesia local sob o pretexto da necessidade militar.

A guerra também facilitou processos de consolidação fundiária que beneficiaram diretamente a elite regional. Terras que haviam pertencido a simpatizantes dos conselheiristas ou que estavam em disputa legal foram facilmente incorporadas aos latifúndios apoiadores da campanha militar. O Estado republicano mostrou-se complacente com essas apropriações, frequentemente legalizando-as através de títulos retroativos.

Mas as correspondências de Sousa Velho revelam algo ainda mais perturbador do que os mecanismos econômicos do genocídio. Elas documentam a satisfação explícita e o ódio de classe que motivavam a classe dominante. Em carta datada de 15 de outubro de 1897, dez dias após a destruição final de Belo Monte, Sousa Velho escrevia ao barão: “peço-lhe, e dou minhas alvíssaras pela morte do monstruoso do Brasil, Antônio Maciel; assim como dos seus maiores confidentes...” (Vasconcellos, 2020: 82).

O emprego da expressão “monstruoso do Brasil” para se referir a Antônio Conselheiro revela não apenas ódio pessoal, mas também uma desumanização sistemática facilitadora de um projeto de justificação do extermínio. Mais perturbador ainda é o lamento de Sousa Velho de que o genocídio não tenha sido ainda mais abrangente: embora “houve para mais de duzentos degolados de dois para três dias seguindo assim e tem seguido, muitas mulheres e crianças [se encontram] em Monte Santo, seguindo para a Bahia [a capital] para dar mais dispêndio ao Estado!! Que devia era ser tudo degolado mas assim não quer o tal marechal” (Vasconcellos, 2020, p. 82).

Esta dimensão econômica do genocídio ajuda ainda a explicar por que a forma épica se torna necessária para sua legitimação. A burguesia agrária não podia apresentar abertamente o extermínio como negócio lucrativo, mas precisava de justificação cultural que transformasse o lucro privado em serviço público. A forma épica permite essa transformação: os fazendeiros não são apresentados como beneficiários econômicos do massacre, mas como colaboradores heroicos da civilização.

4 A FORMA ÉPICA COMO RESPOSTA À DEMANDA DA CLASSE DOMINANTE

4.1 A demanda burguesa por legitimação “científica” do genocídio

A análise da realidade histórica pertinente revela que a forma épica de *Os Sertões* responde a uma demanda específica da burguesia agrária brasileira: a necessidade de legitimação cultural para um projeto de modernização que exigia a eliminação física de populações consideradas “atrasadas”. Esta demanda não era apenas ideológica, mas prática: a classe dominante precisava formar consciências que naturalizassem a violência extrema como preço necessário do progresso.

O positivismo científico oferecia justificação teórica para essa eliminação, mas era necessária legitimação cultural mais sofisticada que pudesse mobilizar as emoções e formar consciências duradouramente. A literatura épica havia cumprido função similar na formação de outras civilizações, legitimando a violência fundacional através de sua estetização.

A burguesia agrária brasileira, no final do século XIX, enfrentava desafio ideológico decisivo: como justificar um projeto de modernização que exigia a eliminação física de populações que representavam a maioria da população nacional? O positivismo científico oferecia justificação teórica através das teorias raciais e do determinismo social, mas era necessária legitimação cultural mais sofisticada que pudesse formar consciências duradouramente.

A demanda não era apenas por justificação intelectual, mas por transformação emocional da violência em grandeza estética. A classe dominante precisava de uma forma cultural que permitisse celebrar o genocídio mantendo a consciência limpa, que transformasse o extermínio em necessidade civilizatória, que fizesse da barbárie um imperativo histórico sublime.

A forma épica oferece uma solução para essa contradição: ela permite apresentar o genocídio como ato fundacional heroico, análogo aos grandes momentos da civilização universal. A tradição épica ocidental havia legitimado a violência fundacional através de sua estetização poética. Euclides adapta essa tradição às necessidades específicas da burguesia brasileira.

4.2 A transformação do massacre em necessidade civilizatória

A operação ideológica fundamental realizada pela forma épica é a transformação do massacre concreto em necessidade civilizatória abstrata. O genocídio não é apresentado como escolha política da burguesia agrária, mas como exigência da História universal. O Exército não é apresentado nem como instrumento de classe e nem como mero instrumento da manutenção da ordem, mas como executor da vontade civilizatória transcendente.

Esta transformação opera através de mecanismos formais específicos. A forma épica de *Os Sertões* “acomoda” a contradição entre projeto civilizatório e prática genocida. A epopeia permite que elementos contraditórios - celebração e lamento, civilização e barbárie, progresso e extermínio - coexistam no interior da obra sem se anularem mutuamente. A forma épica organiza essas contradições de modo a torná-las não apenas toleráveis, mas esteticamente sublimes.

Nesse processo, a linguagem científica, potencializada pelo tônus poético, cumpre função fundamental: ela oferece legitimação “objetiva” para a violência que a forma épica transforma em grandeza estética. O positivismo funciona como teologia moderna que sacraliza a violência fundacional, apresentando-a como aplicação rigorosa de leis científicas universais.

4.3 O sucesso da obra como consequência de cumprir a função ideológica

O sucesso imediato, estrondoso e duradouro de *Os Sertões* nos meios cultos brasileiros deve ser compreendido como consequência de cumprir eficazmente a função ideológica demandada pela classe dominante. A obra foi bem-sucedida precisamente porque ofereceu à burguesia agrária a legitimação cultural sofisticada que ela necessitava para o genocídio fundacional da República.

Como observa Antonio Candido, o sucesso de uma obra literária está sempre relacionado à sua capacidade de responder às necessidades específicas de seu público histórico (Candido, 2000). No caso de *Os Sertões*, essas necessidades eram ideológicas: a burguesia

precisava de uma narrativa que transformasse o crime em épico, a barbárie em civilização, o genocídio em necessidade histórica.

A recepção crítica contemporânea confirma essa interpretação. Como demonstram José Leonardo do Nascimento e Valentin Faccioli em *Juízos Críticos*, a crítica da época celebrou precisamente os aspectos que hoje reconhecemos como problemáticos: a “cientificidade” da análise racial, a “necessidade” da violência civilizatória, a “grandeza” épica do extermínio (Nascimento; Faccioli, 2003).

A elevação imediata de Euclides da Cunha à condição de celebridade nacional e sua eleição para a Academia Brasileira de Letras logo após a publicação da obra revelam como a classe dominante reconheceu e recompensou o serviço ideológico prestado. O autor não foi celebrado apesar de legitimar o genocídio, mas precisamente por fazê-lo de forma esteticamente sofisticada.

4.4 A função pedagógica duradoura: formação de consciências

A demanda da classe dominante por legitimação cultural não se limitava ao momento histórico específico da Guerra de Canudos, mas visava à formação duradoura de consciências que naturalizassem a violência extrema contra populações “atrasadas” como padrão normal de funcionamento do Estado brasileiro. A forma épica cumpre essa função pedagógica através de sua reprodução institucional nos currículos escolares e universitários.

Como obra canônica da literatura brasileira, *Os Sertões* continua formando gerações de leitores que aprendem a interpretar a violência estatal segundo os padrões estabelecidos pela forma épica. Os estudantes não aprendem explicitamente que o genocídio é desejável, mas aprendem que é inevitável quando populações “inferiores” resistem ao progresso civilizatório.

Esta função pedagógica é particularmente eficaz porque opera através de obra de alta qualidade estética. Como observa Roberto Schwarz, a literatura de qualidade pode ser mais eficaz ideologicamente do que a propaganda explícita, precisamente porque sua sofisticação formal oculta sua função política (Schwarz, 2012).

A forma épica permite ainda que os leitores se sintam moralmente superiores aos executores diretos da violência enquanto aceitam os princípios que a tornam “necessária”. Eles podem lamentar sinceramente as vítimas enquanto endossam a legitimidade de sua eliminação, criticar os métodos empregados enquanto aprovam os objetivos perseguidos.

5 CONCLUSÃO: A FORMA COMO IDEOLOGIA SEDIMENTADA

Em que consiste a força de *Os Sertões*? Na sua forma: na forma épica moderna. Há relação entre a originalidade de sua forma e as situações particulares à sociedade brasileira do final do século XIX e início do século XX? Sim. “A forma é conteúdo sedimentado” (Schwarz, 2000, p. 31), e no caso da obra euclidiana, a forma épica sedimenta a demanda histórica da burguesia agrária brasileira por legitimação cultural do genocídio que funda o Estado republicano moderno.

A análise formal demonstra que a estrutura épica de *Os Sertões* - sua divisão tripartite, sua linguagem poética, sua sacralização da violência, sua construção do inimigo épico - são recursos próprios do gênero épico necessários para a construção da forma épica moderna, que transforma o genocídio concreto em necessidade civilizatória abstrata. A forma épica permite que elementos contraditórios - celebração e lamento, civilização e barbárie, progresso e extermínio - coexistam no interior da obra sem se anularem mutuamente, tornando-se esteticamente sublimes.

A “realidade histórica pertinente” explica por que a forma épica se torna necessária e eficaz no contexto específico da consolidação do Estado republicano brasileiro (Candido, 2000). A burguesia agrária necessitava de legitimação cultural sofisticada para um projeto de modernização que exigia a eliminação física de populações consideradas “atrasadas”, e a forma épica oferecia exatamente isso: a transformação da barbárie em grandeza civilizatória.

As correspondências da elite baiana, analisadas por Pedro Lima Vasconcellos, confirmam que o genocídio de Canudos não foi “excesso” militar ou “tragédia” inevitável, mas empreendimento consciente e lucrativo da classe dominante (Vasconcellos; Oliveira; Palmeira, 2024). A forma épica cumpre função fundamental de ocultar essa dimensão econômica do genocídio, apresentando os beneficiários privados do extermínio como colaboradores heroicos da civilização.

O sucesso imediato e duradouro de *Os Sertões* nos meios cultos brasileiros não pode ser explicado apenas por sua qualidade literária, mas deve ser compreendido como consequência de cumprir eficazmente a função ideológica demandada pela classe dominante. A obra foi bem-sucedida precisamente porque ofereceu à burguesia agrária a legitimação cultural que ela necessitava, transformando o crime em épico nacional.

A função pedagógica duradoura de *Os Sertões*, através de sua reprodução institucional nos currículos escolares e universitários, continua formando gerações de leitores que aprendem a naturalizar a violência extrema contra populações “atrasadas” como padrão normal de funcionamento do Estado brasileiro. A forma épica permite que os leitores se sintam moralmente superiores aos executores diretos da violência enquanto aceitam os princípios que a tornam “necessária”.

Esta análise não diminui a importância literária de *Os Sertões*, mas revela sua função ideológica fundamental. Como observa Roberto Schwarz, a literatura de qualidade pode ser mais eficaz ideologicamente do que a propaganda explícita, precisamente porque sua sofisticação formal oculta sua função política (Schwarz, 2012). A grandeza estética de Euclides torna sua ideologia genocida mais palatável e duradoura do que qualquer tratado científico explícito.

A forma épica de *Os Sertões* continua operante na cultura brasileira, legitimando novos genocídios através da reprodução dos padrões estéticos e ideológicos estabelecidos por Euclides. Como a *Ilíada* de Homero cantou a destruição de Troia e estabeleceu os valores fundacionais da civilização grega, *Os Sertões* canta a destruição de Belo Monte e estabelece os padrões de violência, exclusão e extermínio que definem a formação da república brasileira. A diferença fundamental é que, enquanto Homero narrava a fundação de uma civilização através da destruição de uma cidade inimiga, Euclides narra a fundação de uma nação através da destruição de seu próprio povo.

REFERÊNCIAS

BERNUCCI, Leopoldo M. Prefácio. In: CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 6 ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2022.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 51ª ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

CAMPOS, Haroldo de. Transertões. **Folha de São Paulo**. [online]. 1996. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/03/mais!/4.html>. Acesso em 13 de julho de 2025.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. 9ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 6 ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2022.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O Império do Belo Monte**: vida e morte de Canudos. São Paulo: Perseu Abramo, 1974.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclidiana**: ensaios sobre Euclides da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. **Belo Monte**: uma história da guerra de Canudos. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Obra Completa**. V. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentin. **Juízos Críticos**: os sertões e os olhares de sua época. São Paulo: Nankin Editorial/Unesp, 2003.

OLIVEIRA, Arary Lima Galvão de; PALMEIRA, Lana Lisiêr de Lima; VASCONCELLOS, Pedro Lima (Orgs.). **Manifesto em tempos de pandemia**. Maceió: EDUFAL, 2020.

SCHWARCZ, Lília e STARLING, Heloísa. **Brasil**: uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora de lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. 5ª ed. São Paulo. Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VASCONCELLOS, Pedro Lima; PALMEIRA, Miguel Soares. **A elite baiana e a Guerra de Canudos**: correspondências inéditas do Barão de Jeremoabo. Salvador: Edufba, 2024.